

PARECER TÉCNICO CONTÁBIL

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FELIZ.

MATÉRIA: PROJETO DE LEI Nº 72/2021.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Trata a presente de solicitação de parecer técnico contábil ofertado nos termos do pedido encaminhado via e-mail, onde o projeto visa autorizar o Poder Executivo a abrir crédito adicional ESPECIAL no orçamento da Prefeitura Municipal de Porto Feliz.

Honrados, sobremaneira, para discorrer sobre o tema, doravante, de forma sucinta expomos nossas considerações:

DO PROJETO DE LEI:

Em uma análise inicial, verifica-se que o presente projeto de lei pretende criar rubricas no orçamento vigente para aquisição de equipamentos e material permanente junto ao Fundo Municipal de Assistência Social, conforme quadro extraído do art. 1º:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL

02.09 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0011.2013 – RPSE - CREAS

4490.52 – Equipamento e material permanente (fonte 5) + R\$ 60.000,00

08.244.0011.2012 – RPSB – CRAS

4490.52 – Equipamento e material permanente (fonte 5) + R\$ 80.000,00

TOTAL+ R\$ 140.000,00

DA LEGISLAÇÃO:

Em se tratando de matéria orçamentária a iniciativa é exclusiva do Poder Executivo:

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Art. 40 – São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

...

IV – lei orçamentária anual e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções; (n.g.)

Uma vez aprovado o orçamento anual, as alterações através de créditos especiais, neste caso, dependerão sempre de prévia autorização legislativa e indicação da origem dos recursos.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

As alternativas para abertura de créditos adicionais e a comprovação dos recursos estão previstas na Lei Federal nº 4.320/64:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (n.g.)

Os recursos disponíveis para cobertura do crédito especial se dará por anulação parcial dotação conforme descrito no art. 2º:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL

02.09 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.09.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0011.2012 – RPSB – CRAS

3390.30 – Material de consumo (fonte 5) – R\$ 80.000,00

08.244.0011.2024 – RPSE – Medida Sócio Educativa

3390.30 – Material de consumo (fonte 5) – R\$ 20.000,00

3390.39 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica (fonte 5) – R\$ 10.000,00

08.244.0011.2013 – RPSE – CREAS

3390.40 – Serviços de tecnologia da inform. comunicação (fonte 5) – R\$ 20.000,00

08.244.0011.2037 – RPSE – Serviço de Acolhimento

3390.39 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica (fonte 5) – R\$ 10.000,00

TOTAL - R\$ 140.000,00

CONCLUSÃO:

O projeto de lei atende a legislação pertinente, vem acompanhado das justificativas: ofício 410/2021/GAB e memorandos interno. Dessa forma, poderá ser levado a votação em plenário sem quaisquer ressalvas de ordem orçamentária/financeira.

Este é o parecer s.m.j.

Porto Feliz, 03 de novembro de 2021.



Cláudio Domingues Vieira
CRC 1SP 160.473/O-7